

ria, especialmente se se considerar a ênfase que a atual diretoria do Instituto vem dando à Pós-Graduação. Quase todos os seus professores são titulados ( mestres ou doutores ) e quase todos com títulos obtidos no próprio Instituto. Isto significa, em termos práticos, o aproveitamento da “prata da casa” e, mais ainda, sendo pessoas da cidade ou nela radicadas, delas se espera um interesse muito maior pelo passado da cidade em que vivem. Eis por que, pelo que pude perceber no meu rápido contato com os colegas que ali labutam, a memória francana não se sente ameaçada. E sob este aspecto, creio que nós, de Campinas, bem podemos invejá-los. O que certamente ainda falta em Franca para que a cidade se torne um grande centro de pesquisa e investigação histórica é bem menos do que falta em Campinas, e tudo leva a crer que os francanos, bem orientados e dirigidos como estão, saberão suprir as inevitáveis deficiências para que a bela cidade seja vista não apenas pelo seu portentoso presente, mas igualmente pelo seu significativo passado.

( Publicado originalmente no **Correio Popular**, de Campinas, nos dias 20 e 27 de julho e 3, 10 e 17 de agosto de 1979. )

\*

\* \*

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Abreu, Hugo — O outro lado do poder. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, 208 págs. ( Coleção “Brasil — Século 20”. )

As circunstâncias político-militares que envolveram a publicação do presente livro, inclusive com a prisão do autor, deram-lhe um caráter quase que sensacionalista, extrapolando de muito o objetivo do ilustre General ao publicá-lo. Aliás, a apresentação do volume esclarece quanto à sua sobriedade: “A melhor forma de ler este depoimento não deve ser buscando denúncias sensacionais; há que lê-lo como testemunho de um homem que sacrificou o coroamento de uma notável carreira militar pela fidelidade a suas idéias e à maneira de torná-las realidade; nunca a qualquer preço e, certamente, jamais em troca de posições e cargos, mesmo os mais prestigiosos da República.” Livro, portanto, de depoimento, e eis seu maior valor e que fará dele, no futuro, um exemplo — e dos melhores — do que costumamos denominar “literatura crise”, que aparece nos momentos mais delicados do desenvolvimento do processo histórico. É o pró-

prio autor quem o diz: “Não se trata de um estudo do comportamento do Governo, mas apenas de um depoimento. O livro pode ter a pretensão de trazer uma contribuição à história de nosso país na atual conjuntura, já que traduz a verdade ou, pelo menos, o que penso ser a verdade sobre fatos acontecidos nas altas esferas do poder. Embora ainda contaminado pelo calor dos acontecimentos recentes, meu depoimento procura traduzir honestamente o que vi e o que pude sentir”. ONM

Alencar: os bastidores e a posteridade. Pref. de Afrânio Coutinho; introdução, bibliografia passiva, textos éditos e inéditos, notas a cargo de Fábio Freixeiro. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1977. XX + 252 págs. ( Coleção “Estudos e Documentos”, vol. 4, tomo 1. )

O centenário da morte de José de Alencar propiciou ao Museu Histórico Nacional a edição do belo volume que aqui se registra, anunciado como primeiro volume de uma série destinada à divulgação de pesquisas realizadas sobre expressivo acervo de manuscritos, em parte inéditos, do autor de “O Guarani”, incorporados à Divisão de Documentação e Divulgação do Museu, por doação de Leo de Alencar, neto do escritor. O volume, diz a nota de apresentação, “apóia-se ainda na maior bibliografia passiva até hoje coligida, enriquecido com abundantes notas explicativas, e traz à revelação dois aspectos inteiramente novos da obra de Alencar: o processo artesanal na elaboração dos textos alencarinos e a dimensão mítica que o Professor Fábio Freixeiro identifica e documenta ao longo de minuciosa colheita de manifestações críticas e acríicas, que rastreiam, na perspectiva do tempo, o legado intelectual do grande romancista patricio”. Após os três capítulos que justificam o título, seguem-se a bibliografia sobre Alencar e uma seleção de textos alencarinos. Enfim, preciosa contribuição não apenas ao conhecimento de Alencar, mas à própria literatura brasileira. ONM ( Cortesia do Museu Histórico Nacional. )

Buescu, Mircea — Brasil: disparidades de renda no passado. Rio de Janeiro, Apec, 1979. 136 págs.

O autor, a quem já devemos excelentes ensaios de história econômica, empreende neste seu novo livro um estudo retrospectivo sobre as disparidades de renda no passado. Louvável o trabalho, especial-

mente se considerarmos as dificuldades decorrentes da precariedade de dados estatísticos. O livro tem o mérito de propor métodos novos de investigação, os quais poderão servir de modelo para futuras pesquisas destinadas a ampliar o campo de nossos conhecimentos sobre o tema. Ao subtitulá-lo “Subsídios para o estudo dos problemas brasileiros”, o autor teve plena consciência do mérito de seu novo livro que virá, como todos os que já publicou, contribuir para o enriquecimento de nossa bibliografia de história econômica. Desenvolve-se a obra em três capítulos — “Disparidades internacionais”, “Disparidades regionais” e “Disparidades pessoais” — encerrando com dois anexos: “Comparações atuais” e “O problema da distribuição pessoal de renda”. Ao oferecer-nos o volume, o Professor Buescu, com a gentileza muito sua, escreveu esperar que o livro seja de alguma utilidade para nossos alunos nos debates sobre história e problemas brasileiros”. Pedimos vênia para corrigir a modéstia do autor: em vez de “alguma utilidade”, deve-se ler de “muita utilidade”. ONM ( Cortesia do autor. )

Leme, Marisa Saenz — A Ideologia dos industriais brasileiros. Petrópolis, Vozes, 1978. 188 págs. ( Coleção História Brasileira, vol. 2. )

Estudo histórico-crítico da evolução e formação da classe industrial brasileira. Os industriais no Brasil, ao mesmo tempo em que desenvolvem, entre 1919 e 1945, um comportamento progressista no campo econômico, mantêm-se conservadores no campo social. Afirmam-se, porém, como classe, em meio a uma série de conflitos e contradições próprias, num momento em que a sociedade agrária continua hegemônica, apesar da crise profunda que se inicia em 1929. Este livro aborda vários aspectos, que se interligam: a atuação dos industriais na luta pelos seus problemas cotidianos, o esforço para a afirmação do seu pensamento teórico, a idéia da implantação de novas atividades produtivas, o distanciamento entre a classe operária e a dos industriais. O tema é parte integrante da história brasileira, estudando o processo da atual transformação de nossa sociedade. Seu enfoque nos leva a uma melhor compreensão da formação das atuais classes sociais e, por isso, representa contribuição importante ao conhecimento de nossa realidade ( Nota da Editora. )

Nunes, Maria Thetis — História de Sergipe a partir de 1820. Primeiro volume: 1820 — 1831. Rio de Janeiro, Cátedra, 1978 ( em convênio com o Instituto Nacional do Livro. ) 200 págs.

A autora situa o presente trabalho entre duas datas significativas: a primeira refere-se à Carta Régia de 8 de julho de 1820, de D. João VI, concedendo autonomia à Capitania de Sergipe, até então dependente da Bahia; a segunda — a abdicação de D. Pedro I —, também encerra um período da história sergipana. Nos primeiros capítulos vê-se que as lutas pela autonomia de Sergipe confundem-se com as que eram travadas no solo baiano pela emancipação do Brasil. A passagem de Labatut por Sergipe, sua atuação junto aos senhores de terra e de escravos, seu envolvimento nas disputas políticas locais são bem estudados com o apoio dos documentos pesquisados minuciosamente em diversos arquivos. A corrida pelo poder entre os proprietários rurais, a prepotência e os desmandos que caracterizaram sua atuação, nos fornecem um quadro vivo da realidade sócio-econômica vigente na época, não apenas em Sergipe, mas na região nordestina. O estudo sobre a repercussão da Confederação do Equador em Sergipe constitui um capítulo inédito na historiografia brasileira. Ressalta, nesse capítulo, a figura de Antônio Pereira Rebouças, mulato baiano de projeção intelectual, secretário do primeiro presidente nomeado por D. Pedro I para Sergipe e que o governou durante os acontecimentos de Pernambuco de 1824. Contra Rebouças (pai de André Rebouças, engenheiro ilustre e líder abolicionista) e seus liberais, se insurgiram os preconceitos e o reacionarismo dos potentados rurais sergipanos, conforme demonstram os documentos que servem de embasamento às afirmativas da autora. É ainda bem estudada a atuação dos governos que se estendem até 1831, sobressaindo Manuel Clemente Cavalcânti de Albuquerque, alheio às rivalidades locais, homem culto e progressista, marcado pelos anos de prisão que sofreu por sua participação nas lutas pela independência do Brasil na Paraíba, sua terra natal. E também a explosão do antilusitanismo, manifestado em Sergipe desde os primórdios da luta pela independência, quando ali chegou, em fins de abril de 1831, a notícia da abdicação de D. Pedro I. Além de forte documentação apresentada, grande parte dela até agora não utilizada em obras similares, este livro se destaca em importância por trazer os fatos sociais para interpretar o período, agitado e decisivo, da formação sergipana (nota da editora.) Após o que se transcreveu e que dá bem idéia do interesse do volume, só nos resta almejar que a autora prossiga em suas pesquisas e aguardar a continuação de seu excelente livro, bom paradigma para outras histórias estaduais. (Cortesia da autora.)

Pang, Eul-Soo — O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875 — 1891. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979. 318 págs..

A edição conjunta, por duas prestigiosas instituições brasileiras — o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico — constituem a melhor das credenciais para o presente volume, prefaciado pelos titulares de ambas, Raul de Lima e Pedro Calmon. Lembra o presidente do Instituto que o autor é “um dos historiadores moços que fora do Brasil mais intimamente lhe compreendem o desenvolvimento; não em termos quantitativos, pelo jogo das cifras, mas em análise qualitativa, pelo exame dos documentos, aliada assim a indagação das transposições ao balanço das fontes”. E acrescenta que, no caso do tema seu trabalho, “fez com seriedade e erudição visita demorada a uma poderosa família, situando-a no espaço e no tempo, coordenadas essenciais ao mínimo que se pede ao ensaísta, cometa ele a monografia de natureza econômica, ou desdobre apenas a tese de natureza histórica: a verdade”. E remata lembrando: o que dá ao livro a “importância que desejamos realçar é o sentimento escrupuloso da verdade achada, lida, destrinchada, exposta”. O autor é coreano ( do Sul ), tendo realizado sua formação universitária nos Estados Unidos, donde veio como bolsista disposto a estudar a transformação do velho engenho em usina moderna, num trecho do Recôncavo, ao redor do clã Costa Pinto, de Santo Amaro. A preciosa documentação, que ocupa mais de um terço do volume dá ao seu trabalho o necessário embasamento e vem completada com bibliografias, índices, numerosas gravuras etc. ONM ( Cortesia do Arquivo Nacional. )

Patton Jr., Gen. George S. — A guerra que eu vi. Trad. do Cel. Álvaro Galvão. Rio, Biblioteca do Exército, 1979. 350 págs. ( Coleção General Benício, vol. 168. )

Sobre a figura de Patton, um dos grandes vultos da Segunda Guerra Mundial, já havia a Biblioteca do Exército publicado, há mais de dez anos, excelente livro — , **Arremetida para a Vitória**, de Robert S. Allen — do qual nos ocupamos demoradamente na devida ocasião. A publicação, agora, pela mesma editora, de suas memórias vem complementar o conhecimento de um dos grandes chefes militares do nosso tempo, a cuja ação se deve muito do êxito dos exércitos aliados no grande conflito que ensangüentou a Humanidade e cujas feridas, trinta anos depois, ainda não se cicatrizaram de todo. Patton

escreveu um diário que vai de junho de 1942 até o dia 5 de dezembro de 1945, quatro dias antes do acidente fatal que lhe provocou a morte. Muitas de suas anotações foram registradas ainda sob a emoção e o fumo das batalhas; daí serem muito autênticas, francas, às vezes até contundentes, mas sem a menor preocupação de diminuir a quem quer que fosse. Aliás, já lembrava seu biógrafo Allen, no livro anteriormente registrado, que uma das características do grande cabo-de-guerra era o respeito ao adversário. ONM

Rodrigues, Olao — História da Imprensa de Santos. 1979. 294 págs.

“Se a Capital e outros municípios do Estado, de há muito possuem a história de sua imprensa, por que Santos também não a dispõe ? ” Este foi o estímulo aparente que levou o autor a elaborar seu livro. Mas há outro e ele próprio o confessa: é que já no século passado Santos era o segundo município da Província em quantidade de jornais, só superado pela Capital. Desde 1849, portanto há 130 anos, a importante cidade tem sua imprensa; uma imprensa que tem história. E é para a história, que um dia poderá ser definitiva, desta Imprensa que o autor entendeu de trazer sua contribuição. A pesquisa não lhe deve ter sido fácil, pois o serviço de investigações arquivais em Santos foi sempre “apoucado”, segundo opinião do autor, que não teve senão de se valer de outros centros mais bem dotados, e especialmente de seu arquivo particular ( que deve ser valioso ) e, ainda, da colaboração de amigos. Diz quanto ao espírito que animou seu livro: “Não nos restringimos à frialdade dos números estatísticos. Ao revés, em determinados pontos espalhamos sal e pimenta, fizemos humorismo e contamos fatos curiosos e piadas, que tornam mais curiosa e interessante a leitura”. É o próprio autor quem demonstra dúvida quanto ao título do livro: “História”, como o denominou, ou “Subsídios para a História” ? Este, certamente, seria mais acertado, sem diminuir em nada o valor do trabalho. Já se disse que no caso da historiografia brasileira dificilmente se poderá chamar “História” a qualquer obra, por estarmos ainda muito longe de superar a fase da pesquisa arquivai ou do simples levantamento das fontes. Daí, tudo quanto se escrever merecer mais acertadamente títulos que indiquem não se tratar ainda de obras definitivas. Como **História** teríamos muito a criticar no livro em epígrafe. Mas como **Subsídios** só temos que louvá-lo. Louvar especialmente o cuidado, a preocupação da exatidão e o padrão do livro, fartamente ilustrado com clichês dos periódicos mais importantes. Conhecendo o assunto, como o de-

monstrou conhecer; possuindo o riquíssimo documentário, que demonstrou possuir e utilizar, ninguém melhor que o próprio autor para a tarefa que ele insinua a alguém “de boa vontade, dedicação, perspicácia, arrojo e inteligência, revestido de apego ao jornalismo, que, mesmo com sacrifício, leve por diante a nobre tarefa de integrar a historiografia da imprensa da terra que ensinou a Liberdade e a Caridade à Pátria”. Não está aqui o perfil do próprio autor ? ONM

Romero, Sílvio – Realidades e ilusões no Brasil: Parlamentarismo e Presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis, Vozes ( em coedição com o Governo do Estado de Sergipe ), 1979. 328 págs. ( Col. “Dimensões do Brasil”, vol. 14. )

Trata-se de um conjunto de ensaios ou textos selecionados, através dos quais se tentou organizar e exprimir, de maneira mais definida, o pensamento político-social do grande ensaísta e historiador da Literatura Brasileira. Apesar de ligado profissionalmente à vida acadêmica como professor de ciências jurídicas e filosóficas e à atividade crítico-literária, o interesse e a ardorosa participação do autor nas lides políticas e sociais deram ensejo a uma vasta produção de cunho político e sociológico, que encerra um pensamento de grande interesse e atualidade. ( Nota da Editora. )

Santos, Joaquim Felício dos – Memórias do Distrito Diamantino. Petrópolis, Vozes, 1978. 252 págs. ( Col. “Dimensões do Brasil”, v. 8. )

Escrita em 1864, esta obra apresenta uma descrição ampla e pormenorizada dos fatos históricos e acontecimentos sócio-políticos que marcaram o período da descoberta e exploração do ouro e de diamantes no território de Diamantina, Minas Gerais. Apesar de apresentar seu livro como “Memórias”, o autor realizou mais um trabalho de historiador. O tema não é, como pode parecer, de restrito interesse regional; ao contrário, envolve questão de alta importância para a história da economia.

Santos, Wanderley Guilherme dos – Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1979. 138 págs. ( Série “Contribuições em Ciências Sociais”, vol. 1. )

Trata o presente livro de duas das questões centrais das sociedades modernas: o alargamento da participação política e a distribuição mais equitativa da riqueza disponível. Revela que, na experiência

republicana brasileira, sempre que as elites governantes produziram importantes decisões de política social, quer sob pressão de massas, quer em movimento antecipatório, foram, ao mesmo tempo, capazes de impor retrocessos na ordem política vigente. Há sintomas, contudo, discutidos neste livro, de que a sociedade brasileira teria chegado àquele ponto em que não é mais possível o progresso econômico e social sem a livre expansão da cidadania, nem esta se estabilizará democraticamente sem substancial redução das presentes iniquidades sociais. Os seis capítulos do livro trazem os seguintes títulos: 1. Teoria social e análise de políticas públicas; 2. Legislação, instituições e recursos da política social brasileira; 3. Perfil de desequilíbrio e paradigma de análise; 4. Do “laissez-faire” repressivo à cidadania em recesso; 5. Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira; 6. A política social como cálculo do dissenso. Excelente ensaio de sociologia política a revelar cuidadosa pesquisa, interessando particularmente, aos estudantes de História, o seu quarto capítulo. ONM ( Cortesia da Editora. )

\*

\* \*

## NOTICIÁRIO

### JUSTA HOMENAGEM AO CONSELHEIRO MAYRINK

Mairinque acaba de prestar justa e necessária homenagem à memória de Conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que dá seu nome à cidade, nascida, aliás, junto à estação ferroviária no entroncamento da linha da Sorocabana para Santos, por ele idealizada. Os seus restos mortais foram trasladados do cemitério de São Francisco Xavier, do Rio de Janeiro, para o mausoléu mandado erigir em praça pública pela Prefeitura, onde repousarão para sempre.

O Conselheiro Mayrink ( 1839 – 1906 ), mineiro de Cidade Nova, fez parte daquela plêiade de homens de empresa e engenheiros de naturalidade ou ascendência européia, predominantemente poloneses, que ligaram seu nome à expansão ferroviária de São Paulo. É o caso de Mailasky, primeiro presidente da Sorocabana, Brodowsky e Marsylak, entre outros, cujos antropônimos se aportuguesaram, como era natural, e são hoje topônimos indicando outros tantos centros urbanos do nosso Estado: Mairinque, Brodosqui, Mailasque, Marsilac.